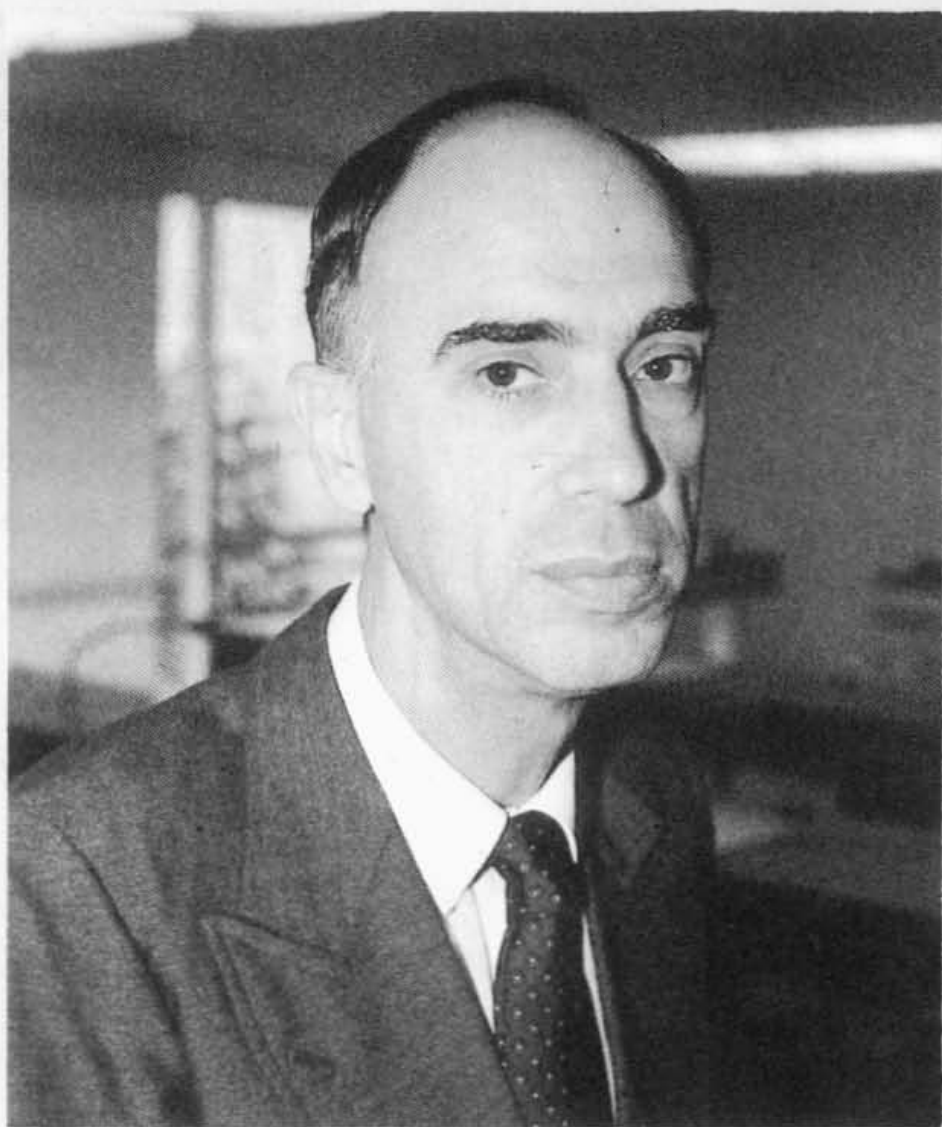


BRASIL: DIAGNÓSTICO DE UMA CRISE



MARCO MACIEL

1994

Brasil: diagnóstico de uma crise

"Crescimento negativo passou a se tornar intermitente e com preocupante frequência."

A chamada "crise brasileira" tem, a meu ver, duas características fundamentais: a persistência e a globalidade.

A primeira dessas características decorre do fato incontestável de que não é um fenômeno surgido dos últimos anos nem da última década, mas dos últimos sessenta anos. De 1930 para cá, os períodos de continuidade, seja sob o ponto de vista jurídico-constitucional, seja sob a ótica da política interna, seja finalmente sob o aspecto econômico-financeiro, têm sido meramente espasmódicos. Essa conjugação de fatores que perturbam a continuidade, relacionando crises políticas intermitentes, mudanças constitucionais frequentes e depressão econômica alternada com períodos de alto crescimento, constitui, por sua vez, a segunda das características que agrava o problema brasileiro, tornando inviáveis os projetos políticos de longo prazo, indispensáveis no mundo em que o grau de interdependência se acentua a cada dia.

Ainda não esgotamos, embora esteja sendo longa a transição, a agenda que levará o País a um novo modelo institucional e constitucional, e persiste grave a situação social e econômica. Desta pode-se tomar como exemplo a inflação. O que se nota é que a espiral inflacionária se descontrolou, na exata medida em que aumentou a complexidade da economia brasileira. O único estudo teórico que existe sobre a estimativa inflacionária, antes da apu-

ração sistemática feita pela FGV e pelo IBGE, é a tese de doutoramento do prof. Cláudio Haddad que ocupou a Diretoria da Dívida Externa do BC. Segundo esse estudo, a inflação média anual de 1908 a 1945 foi de 3%. Reporto-me à média anual: 3%. De 1945 a 1978 essa média se multiplicou 12 vezes, mais ainda era o que os ministros da fazenda chamavam de "civilizada": pouco mais de 36% a.a. O grave é que esse período em que as médias se multiplicaram por 12 foram se abreviando, um novo salto atingindo mais de 300% a.a., ocorreu entre 1978 e 1983. A tal ponto que, consultando-se o programa de ação econômica do Governo Castelo Branco, pode-se constatar que a expectativa inflacionária do mais grave descontrole econômico até então verificado no País, o do ano de 1964, apontava para 86%, ou seja, exatamente a mesma taxa verificada no mês de março de 1990. Em outras palavras, em pouco mais de duas décadas, o que era expectativa inflacionária de um ano, virou a taxa efetivamente apurada de um mês. É certo que nem as crises constitucionais, nem as crises políticas, nem as crises econômicas, foram capazes de deter ou impedir o nosso crescimento econômico, se considerarmos o crescimento do PIB, simplesmente. Mas é preciso considerar que o decréscimo, ou que os economistas chamam de "crescimento negativo", passou a se tornar intermitente, e com preocupante frequência, a partir de 1982, quando se verifica o problema da dívida externa do terceiro mundo. Mais do que isso: se tanto o PIB absoluto quanto o PIB *per capita* experimentaram crescimento até a década de 80, também é verdade que essa expansão foi acompanhada de um grau odioso e insustentável de concentração, agravando as enormes disparidades sociais do País. O que tivemos, em matéria econômica, não foi um crescimento sustentado, harmônico e socialmente bem distribuído, mas, ao contrário, um crescimento espasmódico e desigual que se reflete na deterioração da moeda.

Esses dados indicam claramente as duas características a que inicialmente me referi: uma divergência ou

concorrência simultânea de crises com diferentes facetas, a jurídico-constitucional, a política e econômica e uma persistência sem paralelo, revelada pela continuidade e intermitência dessas crises.

Por outro lado, parece-me indispensável, nessa breve e limitada análise, assinalar dois outros aspectos que também não têm sido convenientemente ressaltados pelos estudos técnicos que abundam no País sobre a natureza, as causas e as características de nossos problemas e desafios.

O primeiro, diz respeito ao aspecto providencialista ou *emergencial das soluções que sempre encontramos* para problemas que, não sendo emergenciais, mas ao contrário estruturais, terminam gerando seu agravamento, passados os primeiros sintomas de resultado, no fundo apenas aparente. Desse velho hábito de tentar solucionar as conseqüências, sem remover as causas, resulta a terrível e desesperante pendularidade entre populismo x autoritarismo em que se transformou a política brasileira. Assim tem sido e assim continuará a ser se persistirmos na busca de soluções mágicas, emergenciais e salvadoras que são subterfúgios e não saídas.

O segundo aspecto diz respeito à persistência, ou antes à resistência às mudanças. Muda-se a forma, para que se possa manter a essência. Trata-se, enfim, da aplicação prática do princípio "de que é preciso mudar para que tudo fique como está".

Enfim, a sensação que se tem, quando se vê a terrível, a persistente e histórica distonia entre o real e o legal que projetamos do centro de poder – Brasília – é a de que acabaremos sempre sendo empurrados para fora do cenário, se não acudirmos com urgência, às angústias e expectativas que a nossa ação ou omissão podem causar. A nossa recusa em enfrentar os problemas substantivos, contornando-os com paliativos, medidas providencialistas e panacéias milagrosas, nos aprisionarão ao passado morto e não às experiências da atualidade.

Marco Maciel é advogado, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, tem ministrado aulas em diversas escolas de ensino superior do País. Fez curso de extensão sobre instituições americanas em Harvard.

Secretário de Estado de Pernambuco, Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Deputado Federal em dois mandatos. Presidiu a Câmara dos Deputados.

Governador do Estado de Pernambuco.

Senador em dois mandatos. Ministro de Estado da Educação e do Gabinete Civil da Presidência da República.

É Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.